

VITÓRIA NO COMEÇO DO SÉCULO XX: MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA CAPITAL CAPIXABA

Maria da Conceição Francisca Pires¹

Contexto histórico de transformação das cidades brasileiras: um balanço historiográfico

A produção acadêmica relativa à temática “cidades” é extensa e tem como característica central o seu caráter interdisciplinar, uma vez que esta tem sido abordada por geógrafos, arquitetos e urbanistas, literatos, sociólogos, economistas e, apenas recentemente, também por antropólogos e historiadores. O caráter inicial que despertou o interesse desses pesquisadores refere-se ao fato das cidades serem o grande cenário da modernidade. Nesses espaços os homens modernos ergueram seus novos templos, redefiniram suas relações sociais, formularam as suas utopias, apostaram no futuro e se deixaram seduzir pelas invenções modernas. Os cenários urbanos onde foram encenadas as práticas modernas e suas variantes tornaram-se também um capítulo vastamente desenvolvido pelos pesquisadores da temática modernidade, buscando compreender a atuação dos seus atores sociais diante da inserção dos hábitos modernos em seu cotidiano e como as contradições da modernidade proporcionaram a conflagração das posturas tradicionais.

Grande parte dos estudos desenvolvidos buscou identificar nestas o convívio paradoxal entre o conforto e a liberdade trazidos pelo mundo civilizado e o mal estar gerado pelo mesmo ambiente citadino². Outra parcela significativa desta produção acadêmica explorou o papel da intelectualidade na construção de teses explicativas sobre a necessidade das políticas urbanas e práticas de intervenção por parte dos poderes públicos, de forma a conter as epidemias que assolaram os grandes centros urbanos na Europa³.

Os principais referenciais teóricos no trajeto de pesquisas sobre as metrópoles modernas são Walter Benjamin, Raymond Williams e Françoise Choay. A leitura de Benjamin⁴ sobre a cidade nos apresenta esta em sua lógica própria, dinâmica, atomista e simultânea, não mais em contraposição ao espaço do campo. O trabalho

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa.

² Entre estes se destaca FREUD, S. M. O mal estar na cultura (1929-1930). In: _____. *Obras completas*. tomo III. São Paulo: Ed. Presença, 1969; SIMMEL, G. *Les grandes villes et la vie de l'esprit. Philosophie de la modernité*, 1989; ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Ed. Presença, 1975; MUNFORD, L. *A cidade na História*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1964.

³ O artigo escrito por François Beguin, tem se destacado como um marco importante nessa problemática. BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço e Debates*, n. 34, 1992.

⁴ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas* (Vols. I, II e III). São Paulo: Brasiliense. 1985.

de Raymond Williams⁵ sobre literatura, sociedade e história volta-se para as idéias duais produzidas pelos intelectuais sobre a vida no campo e nos centros urbanos, atentando, sobretudo, para o contexto social de produção de tais idéias, bem como a condição social e política de seus observadores. Por fim, e não com menor importância, destacam-se os estudos desenvolvidos por Françoise Choay⁶, que favorecem elementos para que se torne possível associar o pensamento político, as políticas urbanas e a formação de um saber específico, o urbanismo, que buscava se mostrar neutro diante da realidade a ser transformada.

Centrando o referencial teórico nos estudos que abordam a temática das cidades e sua relação com a modernidade no Brasil, vejo como fundamental o trabalho desenvolvido por Nicolau Sevcenko⁷ em que este aborda a urbanização da cidade de São Paulo em 1920 a partir da introdução de novas tendências tecnológicas, e de como essas inovações refletiram no cotidiano social da cidade.

Destacando esse trabalho como fundamental, por entender que a formação da concepção de modernidade no Brasil surge a partir das formulações geradas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro - por sua vez inspiradas em tendências européias - principais centros econômico, político e cultural do Brasil no início do século passado. Tratou-se de um processo que se propagou pelas grandes capitais e que teve início com o advento da República, em que uma nova política econômica foi instaurada, tornando necessário adaptar as cidades ao crescimento do comércio e das atividades industriais de exportação.

Daí decorreu a reestruturação do espaço urbano, visando atender aos ideais da economia moderna, remodelando as ruas e saneando as cidades no intuito de evitar a propagação das pestes decorrentes da falta de higiene. Para as elites em ascensão, em conjunto com o sistema econômico hegemônico, a denominação de moderno era primordial para a expansão das atividades comerciais e industriais. Urgia romper com qualquer elo de ligação com a antiga sociedade agrária e adotar uma postura urbana que adequasse esses espaços aos novos anseios. Devido à ausência de uma industrialização efetiva, como demonstradora do nível de modernização alcançado pelas cidades, as mudanças na arquitetura urbana, no “*aformoseamento*” da cidade, na higienização e nos costumes sociais foram privilegiadas.

Essas metamorfoses se processaram não só no âmbito nacional, mas também internacional, se ajustando às determinações de cada região e variando na temporalidade. Tais metamorfoses, por sua vez, proporcionaram uma crescente perda de identidade decorrente da incorporação de novos indivíduos seduzidos pelos novos encantamentos produzidos nas cidades gerando em seu interior um “*estranhamento individual*”. Buscou-se a construção de uma nova identidade para as cidades com base nas perspectivas ideológicas emergentes. A construção dessa nova identidade se deu através da incorporação de valores, até então estranhos, a hábitos antigos, unindo-se na criação de valores comuns, ou seja, “*os mitos ajudam a organizar os fatos dispersos*” e a modernidade, nesse sentido, precisou vir cercada de mitos de forma a reunir, ao redor de si, personagens antes dispersos.

⁵ WILLIAMS, R. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶ CHOAY, Françoise. *Urbanismo: utopias e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Este artigo tem como referência esta reflexão sobre os caminhos e descaminhos que envolveram o processo de modernização das grandes cidades brasileiras. A proposta central é expor o processo de modernização na cidade de Vitória, nas primeiras décadas do século XX, e recuperar a constituição dessa nova sensibilidade na cidade ainda impregnada de valores tradicionais, estranha à tradição da ruptura que é própria da modernidade. Foi feita a opção de observar esse processo em duas dimensões possíveis: na sua materialidade, ou seja, como as transformações alcançaram o traçado urbanístico das ruas e praças e as formas arquitetônicas de seus edifícios públicos e particulares, e na subjetividade daqueles que vivenciaram tais experiências, isto é, analisar o discurso construído por aqueles que participaram na consecução desse projeto de conferir-lhe a condição de metrópole moderna.

Vitória no limiar da República: um panorama do período

Os anos iniciais do século XX têm sido apontados pela historiografia como pródigos em acontecimentos que vão desvelar os aspectos contraditórios em que esteve mergulhada a já tão velha e ao mesmo tempo tão nova República. Os conluios políticos, sistematizados pela “política dos Estados” ou “política dos governadores” do Presidente Campos Salles, não conseguiam mais se afinar com as exigências dos novos personagens que emergiram no cenário político. A classe operária, oriunda da crescente e marcante urbanização, atuou significativamente na condução da rede de protestos, expressando interesses diferentes das práticas política e econômica que até então vinham sendo efetuadas.

A rejeição aos embustes eleitorais, que caracterizavam a ilegitimidade do regime, se tornava cada vez mais enfática pelos setores médios que, apoiados nos reclamos do Exército, também descontente com os direcionamentos políticos que o alijava do poder, buscaram revivificar a República, propondo uma renovação política. Paralelamente, a elite dominante que compunha o cerne do sistema político encontrava-se envolta em conflitos internos que neste período passam do âmbito econômico se manifestando também no âmbito político e ideológico favorecendo a falência do regime.

A idéia de renovação no âmbito da política se estendeu ao campo social. Tornou-se cada vez mais urgente inserir o Brasil nas diretrizes econômicas que foram traçadas a partir da Revolução Industrial, em que se instalou uma ampla rede de relações comerciais e tecnológicas intrapaíses desenvolvidos. Neste momento, o Brasil tentava inserir-se nas redes comerciais internacionais, através do setor exportador e da adoção de práticas culturais próprias do mundo “civilizado”. O “afrancesamento” da estrutura urbana mostrava-se fundamental para a consolidação desta condição de destaque. Urgia romper os elos com a antiga sociedade agrária adequando esses espaços aos propósitos modernizadores emergentes.

É no interior deste processo de transformação de valores políticos, urbanos, sociais e econômicos que se visualiza a formação de um imaginário que defendia a inevitabilidade da realização de reformas nas principais capitais brasileiras, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, identificando-as com o propósito modernizador que emanava da Europa. A capital do Espírito Santo não podia

ficar alheia às novas diretrizes modernizadoras nacionais. Até então Vitória se encontrava numa condição de expressivo isolamento das demais regiões do Espírito Santo, em virtude da precariedade dos transportes, bem como desenvolvia uma tímida participação na economia local. Esses aspectos se refletiram na sua estrutura urbana, que se mostrava bastante restrita.

Segundo depoimento de um cronista daquele período, colhido por José Teixeira de Oliveira em seu estudo sobre a História do Espírito Santo:

*A população - em constante aumento - não demonstra aspiração de progresso. Seja na capital, seja nos últimos distritos, o povo se deixa arrastar melancolicamente pela rotina. Nenhum empreendimento marcante: nem no terreno das construções materiais, nem no campo social.*⁸

O cronista destacou ainda a ausência de uma elite empreendedora que, a exemplo do ocorrido em São Paulo por intermédio dos cafeicultores, levasse adiante um projeto de expansão da cidade. Deste modo, na ausência desta iniciativa privada em Vitória, a ação empreendedora foi aplicada pelo próprio Estado.

Foi no começo da República, durante o governo provisório de Afonso Cláudio, que teve início esse processo de desenvolvimento da cidade de Vitória através da construção expressiva de prédios inspirados no moderno urbanismo francês e incorporando técnicas inovadoras de construção, bem como de ruas e avenidas para abrigar casas comerciais, situadas nos locais de maior movimentação como as ruas Duque de Caxias e da Alfândega, atual Jerônimo Monteiro. Outro problema a ser atenuado era o referente às constantes epidemias que assolavam a capital, em virtude da ausência de uma rede de infra-estrutura (esgoto, água, energia), foi nesse sentido que se buscou ampliar as áreas de ocupação, desafogando o centro que concentrava tanto a área de serviços como de habitação.

O intento de modernizar Vitória se acelerou durante a administração de Muniz Freire (1892-1896), através da proposta de loteamento do lado leste da cidade, com fins especificamente empresariais, dando novas formas de organização à cidade. Em seu discurso de posse, Freire assumiu o propósito público de transformar as condições vigentes naquele momento de ausência de esgoto, arquitetura, escasso abastecimento de água, péssimo serviço de iluminação a gás⁹. A intervenção do governo se tornou possível graças ao aumento da receita, gerado pela considerável expansão da lavoura cafeeira, aliada ao aumento dos preços do mesmo no mercado externo que ocorre neste período, atingindo, conseqüentemente, as atividades comerciais relacionadas ao café, o que acentuou a função comercial da cidade.

Também ocorreu a diversificação das atividades comerciais, que passaram a dispor, sobretudo, do comércio de produtos importados (especialmente alemães e italianos), concentrando-se na área que atualmente compreende a praça 8 de Setembro, na época praça Santos Dumont, em estilo de armazéns, a maioria associada à atividade de exportação do café, e que visava atender às demandas

⁸ OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo-IBGE, 1975, p. 346.

⁹ FREIRE, Muniz. *Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Tipografia do Estado, 1896, p. 17.

da população de imigrantes que havia se instalado no Estado. Foi para acolher esse mercado emergente que se desenvolveu o aterramento das partes baixas próximas à baía, sem citar aqueles destinados a criação de bairros residenciais, bem como se buscou aproximar ruas importantes mas, que até então, não dispunham de nenhuma forma de ligação, como as ruas Primeiro de Março e da Alfândega, nas imediações do cais do Imperador.

Além disso, um longo trecho do centro foi remodelado para tornar-se “carroçável”, fazendo com que as ruas apertadas e desordenadas fossem refeitas para ceder espaço para o tráfego urbano, ainda principiante. Isso significou o alargamento de várias ruas que despontaram após as constantes demolições de prédios e sobrados enquadrados na noção corrente de insalubridade e da extinção de becos considerados “infectos” e, por isso, proliferadores de enfermidades.

É interessante observar que embora o período abordado seja de crescimento urbano e econômico, não se apresentam registros que identifiquem um crescimento populacional. Ao contrário, as pesquisas que sobre o tema¹⁰ citam um decréscimo populacional acentuado em virtude da valorização da atividade agrícola ligada ao café, fazendo com que a maior parte da população do Estado estivesse localizada na zona rural.

O processo de remodelação urbana sofreu uma desaceleração durante as gestões seguintes, quando o Espírito Santo passou por sucessivas crises econômicas conjunturais, sendo retomada com igual vigor no quadriênio de 1908-1912, sob a administração de Jerônimo Monteiro, que assumiu a presidência do estado após uma vitória esmagadora sobre seus concorrentes, o Barão de Monjardim (que conseguiu apenas 13 votos) e o Dr. José de Melo Amorim (com 10 votos), alcançando um total de 7.989 votos. Sob o signo de ser aquele que conseguiu pôr termo aos dezesseis anos sob o monopólio do poder exercido pelo Partido Construtor, do ex-presidente Muniz Freire, o advogado Jerônimo Monteiro conseguiu eleger-se promovendo em sua plataforma política a promessa de transformações profundas no Estado. Em suas palavras: “*recebendo o mandato, empreenderei as mais vivas forças para prestar à minha terra os melhores serviços, aplicando em favor do seu progresso todo o esforço de minha atividade*”¹¹.

Ao assumir, Monteiro buscou imediatamente compor uma equipe tão hábil e articulada administrativamente quanto o mesmo vinha se mostrando no âmbito político. Frente aos menores números registrados com relação à receita estadual desde o início da República, recorreu à adoção de uma rigorosa redução dos gastos públicos, que o levou a reduzir os salários do funcionalismo e dele próprio, e à criação de impostos para retomar o equilíbrio orçamentário que lhe possibilitasse a retomada dos investimentos nas transformações urbanas. Foi a partir de então que se colocou em prática um novo conjunto de reformas urbanas, embora envolto numa aura progressista similar à produzida por Muniz Freire, mas que possuía um

¹⁰ CAMPOS JUNIOR, Carlos T. de. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996. DERENZI, Luiz S. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965; entre outros.

¹¹ *Diário da Manhã*, Vitória, 17 jan. 1908.

caráter mais abrangente no que tange à ampliação da incorporação dos chamados hábitos modernos à capital.

A gestão Jerônimo Monteiro e o processo modernizador

O argumento central da plataforma política de Monteiro referiu-se à necessidade de incorporar o Espírito Santo ao movimento de progresso em que estava mergulhado o país naquele momento histórico. Como parte desse projeto estava a busca de alternativas estáveis para a manutenção do orçamento estatal, o que significou a intervenção objetiva do estado na formação de condições propícias para a implantação de fábricas. Em outras palavras, isso representou o direcionamento de expectativas para questões relacionadas à infra-estrutura, como serviços de luz, água, transportes, escolas técnicas, dentre outros.

Seu empreendimento trazia como meta central a diversificação econômica do Estado, fugindo dos problemas trazidos pela dependência da monocultura cafeeira. Para isso Monteiro contou com um trunfo político significativo: o apoio do Governo Federal para seus intentos modernizadores. Esse apoio se expressou, inicialmente, na conquista de isenção de impostos em todo seu programa de infra-estrutura urbana, de implantação de fábricas e de diversificação agrícola. Posteriormente, tal aparato político mostrou-se fundamental para dirimir qualquer vestígio de oposição durante e depois do seu mandato, uma vez que mesmo sendo Monteiro o responsável pela expansão da dívida do estado de rs 2.403:056\$401 para rs 24.000\$000, seu carisma e prestígio com a opinião pública é notório até os dias atuais¹².

O parque industrial almejado por Monteiro foi direcionado na parte sul do estado, sobretudo Cachoeiro do Itapemirim, correspondendo a seus interesses familiares. A peculiaridade deste projeto industrial esteve no fato de não ter apresentado uma preocupação específica com as demandas internas. Isto explica inicialmente a efemeridade do parque industrial capixaba proposto por Monteiro. Além disso, este não contou com a necessária mão de obra especializada ou não para atuar em seu interior, bem como se mostrou carente de matéria-prima que atendesse a sua carga produtiva.

Outro setor para onde foi canalizado a pretensão modernizadora de Monteiro foi o planejamento urbano da Capital. Esta transformação teve como alvo introdutório os transportes terrestres. As cadeirinhas de arruar, palanquins e serpentinas do começo do XIX foram, gradualmente, sendo substituídas pelas seges particulares, pelos bondes de burro e posteriormente, maxambombas, dando outro aspecto ao cotidiano da cidade. Valorizou inicialmente o comércio que passou a ter uma freguesia acrescida e freqüente durante todo o dia graças ao transporte fácil, tornando fundamental, também, a modificação do aspecto das lojas e ruas para torná-las convidativas ao novo público.

¹² No prefácio do livro de Maria Stella Novaes encontra-se referências excessivamente elogiosas a seu feito modernizador, classificando-o de “pioneiro mundial” na antecipação da “Legislação Delegada” difundida pelas constituições da Alemanha, França e Itália, pós-guerra. NOVAES, Maria Stella. *Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra*. Vitória: Arquivo Público, 1979. Ver também BITTENCOURT, G.; CAMPOS, Nádia A. *Palácio Anchieta: de colégio à casa da Governadoria*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes/ Biblioteca Pública Estadual, 2000.

Os armazéns mistos cederam lugar a um comércio especializado que crescia no centro da cidade tornando as ruas propícias para o desfilar dos almofadinhas, dândis, melindrosas e mariposas que vinham observar as vitrines com artigos europeus. As pessoas passaram a prolongar seus passeios até o fim da tarde já que podiam contar com os bondes de tração animal, assim como poderiam apreciar as ruas e os pomposos jardins do Palácio Anchieta agora com a iluminação elétrica, gerada pelo motor de corrente contínua, que veio substituir os ultrapassados lampiões a álcool. A oferta de rede de energia elétrica e dos serviços de abastecimento de água para toda a capital foi inaugurada em 29 de setembro de 1909, e foi largamente festejada e divulgada pelos jornais da época. A partir de então, o seu uso passou a ser associado a idéia de conforto, ainda não acessível para todos os segmentos sociais.

Aos poucos, as novas tecnologias foram se entranhando no cotidiano da cidade, proporcionando transformações significativas nas esferas econômica, social e cultural. Esses inventos ofereceram à sociedade uma miríade de possibilidades, antes inviabilizadas pelos limites impostos pela natureza. Concomitantemente, tais transformações geraram novas formas de lazer e linguagem, novos hábitos culturais e modismos que se confrontavam com as antigas tradições.

Com a presença marcante de inventos como os bondes e a energia elétrica, por exemplo, houve um redimensionamento na noção de tempo e espaço por parte das pessoas. A primeira experiência registrada com os bondes elétricos, substitutos dos bondes puxados por burros, ligando os trechos da Rua do Comércio à Rua Sete foi comentada no jornal *Diário da Manhã* de 20 de julho de 1911, cujo destaque foi para a participação do presidente Hermes da Fonseca. Posteriormente, o alcance da rede das linhas de bonde foi sendo ampliado, vencendo as barreiras da distância e favorecendo aos indivíduos uma maior autonomia sobre seu percurso, bem como provocou o surgimento de novas práticas sociais regidas sob o imperativo desse invento, inclusive entre a grande maioria que não tinham acesso a este tipo de produto.

No mesmo jornal consta a seguinte notícia:

A contar de 1º de setembro, bondes diretos para a Praia do Suá, com horários especiais apropriados aos senhores banhistas. Passagens reduzidas, especialmente para os assinantes mensais. Informações no escritório à rua do Comércio, n. 58, e no ponto principal dos bondes, Praça Santos Dumont, Café Rio Branco.

A energia elétrica, por sua vez, foi incorporada imediatamente pelos prestadores de serviços (médicos e advogados) que buscavam ressaltar através do seu uso o fato de estarem devidamente “aparelhados” para oferecer uma melhor qualidade dos seus préstimos. Aos poucos seu uso foi ampliado para o universo privado favorecendo a proximidade entre as pessoas e a divulgação das notícias e “novidades” que invadiam a cidade. Para o imaginário *Belle Époque* tais objetos eram identificados como instrumentos de modernização, simbolizavam, assim, um padrão social a ser seguido conforme tome vulto o projeto de modernidade e o processo de modernização dos hábitos culturais.

Sob o discurso de embelezamento da cidade, Monteiro promoveu a demolição,

reforma e construção de grande parte dos edifícios públicos da cidade. A primeira, e quiçá mais dramática em termos de patrimônio histórico, foi a derrubada da centenária Igreja da Misericórdia, localizada na antiga rua da Assembléia, atual Moniz Freire, para que fosse inaugurado o novo espaço para abrigar o Congresso Legislativo Estadual, bem como a descaracterização do antigo Colégio dos Jesuítas para que se tornasse digno de acolher o Presidente do Estado e a Secretaria do Governo. Outros setores reformados foram as repartições que estavam situadas no anexo do Palácio como a Procuradoria Geral, as Diretorias de Finanças e de Agricultura, a Inspeção Geral do Ensino e o Arquivo Público.

Antenado às tendências “civilizatórias” vindas de Paris, Monteiro delegou tais reformas aos auspícios do engenheiro francês Justin Nobert, sob o custo de rs 86:000\$000, que não poupou esforços para derrubar todos os vestígios coloniais que persistiam nos prédios onde se abrigavam as instituições públicas, bem como estendeu seu caráter monumental ao mobiliário do Palácio. Nas palavras de Derenzi, Monteiro “*tornou o Palácio habitável e as repartições destinadas ao exercício governamental ganharam salas, gabinetes e dependências condignas e adequadas*”¹³.

Monteiro empreendeu esforços numa campanha singular na primeira metade do século XX, no âmbito do Estado do Espírito Santo: a restauração de sua história através da criação do “Arquivo Público espírito-santense”. Acredito que tal feito merece destaque por se contrapor ao discurso modernizante que tentava se consolidar na política local. Mostrava-se urgente extirpar da esfera local tudo que pudesse estar associado ao caráter colonial, portanto dentro dessa lógica, “atrasado e incivilizado”, e a construção de uma memória histórica veio auxiliar na constituição de um espaço específico para o assentamento de tudo que fizesse parte do passado, colocando em relevo sua ação “revolucionária” de condução a um futuro modernizante.

Desse modo, o soerguimento do Arquivo pode ser concebido não só como a formação de um espaço público para a história passada, mas de garantia de um espaço onde ficariam registrados, dentro dos moldes ovacionistas da historiografia do período, os feitos do presente. Concretizava-se, desse modo, de forma simbólica a superação do passado pelo presente.

Mas Vitória precisava mais que isso, carecia mudar a aparência, antes agrária, para uma fisionomia verdadeiramente urbana. Foi através da parceria administrativa com o engenheiro Augusto Ramos que esse processo de modernização compulsória atingiu o ápice. A “missão civilizadora” de Monteiro e Ramos teve como diretrizes básicas a proposta de urbanizar e embelezar a cidade e a aplicação de medidas sanitárias enérgicas. A implementação das medidas sanitárias significou o emprego de mudanças de base no interior da cidade e que implicaria, por conseguinte, na tentativa de realizar um novo planejamento para a mesma, reformando-a em toda sua amplitude a partir de pressupostos de racionalização do espaço, disciplinamento social através de dispositivos legais e de organização da cidade conforme funções específicas de cada bairro¹⁴.

¹³ DERENZI, *Biografia de uma ilha*, p. 48.

¹⁴ PECHMAN, Sérgio; FRITSCH, Lilian. A Reforma Urbana e seu Averso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, Editora Marco Zero, v. 5, n. 8/9, 1985.

Com o intenso crescimento demográfico, a cidade começou a sentir os efeitos da ausência de uma estrutura básica hábil à atender as necessidades de tão vasto número de habitantes. Crescia o número de pessoas, em 1908 registram-se oito mil habitantes em Vitória, que se amontoavam em casas em condições insalubres que favoreciam o alastramento de doenças e epidemias, sobretudo a “bexiga” e “febre amarela”, maiores responsáveis pelo grande número de mortalidade. Sob o argumento da imperiosidade de “aformosear” a cidade, buscou-se excluir do cenário urbano pessoas, espaços e práticas que não conseguiram se incorporar ao modelo burguês em erupção. Grande parte da ação reformadora do governo Monteiro se respaldou no discurso médico higienista que associava estes aglomerados urbanos às enfermidades de massa.

Paralelamente, o governo de Monteiro empenhou-se no trabalho de educação sanitária através de cartazes, palestras, concursos, etc. de forma a alcançar os estratos baixos e médios da sociedade. A partir desse processo de expansão da educação sanitária, teve início a invasão do público na vida privada na medida em que o Estado passou a definir condutas comportamentais cotidianas tomando por base os padrões higiênicos determinados pelas autoridades sanitárias. Através da imposição de medidas restritivas, de cunhos higiênico e moral, determinados tipos sociais -loucos, bêbados, capoeiras e mendigos, por exemplo- foram considerados nocivos à sociedade por serem portadores de atitudes reprováveis para o pleno desenvolvimento da cidade¹⁵.

Essa postura disciplinadora da esfera pública sobre a esfera privada suscitou uma intensa resistência popular, com o apoio de seus opositores políticos, e uma variada polêmica entre as mais diversas correntes de opinião que se manifestaram contra ou a favor do intervencionismo estatal.

As manifestações culturais das camadas populares foram arduamente reprimidas¹⁶ e controladas pelas autoridades locais que buscaram não só a extinção destas, mas a reclusão destes grupos e seus costumes de forma a não interferir nas diversões das camadas médias e altas. Neste sentido, buscou-se coibir o lazer e a manifestação cultural das camadas populares como uma forma de preservar o lazer e a atuação das elites, a estas últimas foi dada a voz e às massas a mimese, na medida em que lhes foi imposto a recriação de suas formas de lazer a partir do modelo apresentado pelas elites urbanas¹⁷. Através da persistência das camadas populares em manter os seus festejos (nem sempre produto das diversões das elites), elas demonstraram sua repulsa ao papel secundário em que foram colocadas continuamente em todos os setores da sociedade, antes restrito ao setor econômico e político, agora se estendendo ao campo cultural. Criaram formas de se incorporarem aos novos costumes e de ter acesso às informações construindo, desse modo, uma identidade social.

¹⁵ PECHMAN & FRITSCH, A Reforma Urbana...

¹⁶Encontrei referências no *Diário da Manhã* a algumas ações de repressão por parte do Estado às manifestações populares, sem que fique claro quais são tais manifestações. Ainda assim, acho importante o registro da resistência popular, no sentido de variar o enfoque para que seja possível vislumbrar algumas formas de manifestação das massas as imposições estaduais.

¹⁷ BRESCIANI, Maria E.M. *Metrópoles: As faces do monstro urbano - as cidades no século XIX*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, Editora Marco Zero, v. 5, n. 8/ 9, 1985.

Como parte fundamental desse processo de “remodelação” da cidade destacaram-se as ações desenvolvidas no sistema de esgotos visando regularizar os serviços de higiene e saúde pública. A inauguração dos serviços de esgotos está registrada em 29 de janeiro de 1912. Foram construídos drenos para escoar as águas servidas e pluviais, irrigação das ruas centrais, bem como foi criado um serviço de visitantes imbuídos da função de inspecionar as residências para averiguar as condições de higiene. Fundamental para o propósito saneador foi a criação do cemitério em Santo Antonio, eliminando os enterros que ocorriam dentro da cidade nas propriedades das irmandades religiosas. Aos poucos, a área do cemitério foi sendo incorporada como ponto de lazer da comunidade que se agrupava na praça em frente para observar os cortejos fúnebres ao mesmo tempo em que colocavam as notícias em dia, desfilavam seus modelos novos, vindos do Rio de Janeiro e flertavam entre si.

Além disso, buscou-se a ampliação dos serviços médicos e hospitalares através da construção de novo hospital com amplas, modernas e higiênicas acomodações internas. A criação do projeto se deu em 1910 e, dois anos depois, a cidade comemorou largamente a inauguração da moderna Casa de Caridade, naquele momento com uma área total em torno de 10 mil metros quadrados.

Em seus discursos, Monteiro enfatizou a preocupação em desvincular sua ação na administração pública das influências políticas, valorizando a eficiência de um discurso técnico, especializado e supostamente neutro politicamente. Com base neste discurso, o objetivo central de sua atuação seria a manutenção do bem público, apesar da ameaça de desordem propagada pelos seus opositores. Na sua concepção cabia ao Estado o papel de promotor do progresso, aperfeiçoando os serviços públicos com métodos modernos de organização. Foi a partir do argumento da necessidade de independência administrativa que Monteiro municipalizou os serviços sanitários. Sua ação contou com apoio de técnicos e médicos que através das inspetorias de educação sanitária atuaram conjuntamente contra doenças de alcance nacional como malária, febre amarela e peste bubônica. Assim, a função de sanear e higienizar a cidade significou incorporá-la nos padrões da nova ordem burguesa emergente.

De forma conclusiva é possível afirmar que o centro da cidade foi o alvo central das obras de Monteiro. Todas as referências bibliográficas sobre sua gestão fazem menção à urbanização da área aterrada do Campinho, onde foram construídas 28 casas destinadas ao funcionalismo público, silenciando seus arroubos contra o arrocho salarial a que foi imposto anteriormente, que poderia contar com um desconto de 50% no valor dos lotes e com o pagamento através de prestações mensais, e um parque voltado para impulsionar o lazer cidadão. Para Campos Junior¹⁸ sua atuação no investimento em um projeto urbanístico na Capital esteve associada, conforme tal perspectiva, ao atendimento das demandas do setor comercial sediado na Capital. Fazia parte da consolidação do jogo político de alianças antimunistas.

Não se trata de perceber em suas ações uma motivação unicamente política ou econômica, mas de colocar em relevo o fato do projeto modernizador, sob o qual

¹⁸ CAMPOS JUNIOR, *O novo arrabalde*.

se ancorou por toda sua gestão, estava imbuído numa rede complexa que lhe conferiu um caráter ambíguo, na medida em que determinadas práticas políticas consideradas retrógradas foram mantidas naquele momento de afirmação de mudanças. Além disso, é importante destacar o fato de que foi durante a gestão de Monteiro que se percebeu a expressiva ocupação da Capital por famílias de fazendeiros também suscetíveis aos transtornos da falta de uma infra-estrutura urbana, o que tornou imperativo a concretização de tais reformas. Neste sentido, passou-se de um projeto público originalmente desenvolvido sob o argumento de que estaria voltado para o atendimento das necessidades gerais da Capital, para o atendimento de um conjunto de demandas políticas fundamentais para a garantia da governabilidade.

Conclusões

Minha análise parte da premissa de que a modernidade é um estado de transitoriedade, como muito bem expressou Baudelaire, ou seja, é a celebração do novo, a negação da tradição, a ruptura, a criação e a recriação de vínculos e continuidades, e esta consecutiva negação da tradição tornou-se por sua vez na tradição da modernidade. Formada a partir da concepção em que o “progresso” e a “ruptura” são as categorias chaves, a modernidade se caracterizou essencialmente por uma contínua descontinuidade. Novamente movida por noções contraditórias, a regularidade da irregularidade tornou-se o principal elemento de sua vulnerabilidade, já que ao mesmo tempo em que rompia com as expectativas passadas não dispôs de combustível suficiente para alimentar os anseios emergentes, formando um modo de vida fragmentário em que se justapõe elementos antigos e novos.

Nas cidades, locais viáveis para encenação das práticas e variantes modernas, o conflito entre estes dois estados de espíritos, o tradicional e o moderno, significou o alijamento de muitos da cena principal e na manutenção de poucos sob as luzes dos refletores, atendendo aos preceitos tradicionais que mantêm na história apenas os detentores do poder.

Em Vitória, como na maioria das metrópoles modernas, o projeto da modernidade promovido pelas instituições públicas foi alicerçado no discurso proferido por intelectuais, através da imprensa, e acatado pela elite local, embora confrontado cotidianamente pela memória viva da sociedade. Neste estudo, busquei apresentar algumas circunstâncias em que foi formado este discurso, num contexto social e político de cisões profundas, suas várias faces e o que representou para os agentes discursivos.

Com base na constatação deste evento “modernizatório”, imposto em Vitória no começo do século XX torna-se possível argüir que tais reformas, apesar do tom autoritário e do cunho essencialmente burguês, eram imprescindíveis para a consolidação do caráter de pólo comercial da Capital, bem como foi um momento de suma importância para a renovação dos hábitos higiênicos e sanitários da sociedade capixaba. Em todo este conjunto de remodelações, cujo objetivo principal foi “urbanizar e civilizar”, ficou explícito a necessidade de converter Vitória numa metrópole moderna, conforme os moldes estéticos, urbanístico e econômico europeus, atraindo os investimentos externos.

Por seu caráter impositivo, este foi um processo que se desenrolou em meio a um intenso confronto com os setores populares que, através da insubordinação às determinações legais, contando muitas vezes com o apoio da imprensa, forçou o poder constituído à negociação, sob o risco de terem suas medidas oficiais simplesmente descumpridas, levando abaixo os planos de instalar a modernização que atendessem às ordens do progresso.

Esta insubordinação foi comentada por cronistas dos jornais e revistas que tratavam em seus artigos e crônicas da permanência do jogo do bicho nas ruas da cidade, sugerindo por várias vezes a regulamentação do jogo, do culto do candomblé em variados pontos da cidade e outras mostras do descumprimento das determinações estatais. Isto significa que as ordens imperativas de um progresso massificante esbarraram com a característica fluida, informal e improvisada das camadas populares que soube se apropriar dos signos e sentidos próprios da modernidade, ajustando-os às suas demandas próprias. Neste contexto de transformações e de construções de mitos e opiniões se insere o papel do intelectual que, através da literatura moderna (a imprensa) definiu suas opções ideológicas, baseadas nas idéias importadas da produção cultural européia, instituindo formas de pensamento, interferindo tanto no âmbito político como no social.

Dessa forma, os intelectuais tiveram o poder de trazer para o real as simbologias criadas pela elite local e propagar esse imaginário para o conjunto da sociedade através da produção cultural do período. Nos jornais, especificamente nas crônicas políticas, é possível identificar a presença marcante de vários intelectuais envolvidos com as questões políticas, manifestando uma postura crítica sobre os conluios políticos e as ações das oligarquias locais.

Estes intelectuais partilhavam da idéia corrente no meio de que a eles cabiam a condução do processo de transformação das estruturas básicas do país cujo êxito estaria atrelado ao crescimento do nível cultural e que, conseqüentemente, conduziria ao crescimento material. Muito próximo a esta noção de crescimento material estava a noção de progresso, urbanização e modernização, pressupostos fundamentais para o futuro próspero do país.

Entretanto, o que se percebe é que o modelo “iluminado” de universo racional, no qual eles almejavam o papel principal de elemento pensante e condutor das massas, foi inviabilizado por um projeto tecnicista, utilitário e autoritário, embora pautado em preceitos democráticos e individualistas. O sentimento anterior de euforia e otimismo passou a conviver com um ceticismo crítico que se expressa de forma contundente, na emblemática frase “essa não é a república dos meus sonhos”. A estes intelectuais coube, inicialmente, a função de propagar os ideais de modernidade, mas, posteriormente, tomados pelo desencanto, buscaram se posicionar como sobreviventes e críticos dessa noção excludente de progresso, sem, no entanto, significar que estavam desconectados das novas práticas culturais pulsantes¹⁹.

É possível perceber que o projeto tecnicista e utilitário, aplicado pelo Estado, inviabilizou o modelo “iluminado” de universo racional almejado anteriormente.

¹⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Ao contrário do idealizado, as massas viram-se na condição de séqüitos de um projeto autoritário, embora pautado em preceitos democráticos e individualistas. Subjugados e submetidos a uma massificação cultural em que nem tudo que recebia o título de novidade continha originalidade, sendo esta última suprimida pelo lugar comum dos modismos.

A minha intenção, nessas linhas conclusivas, é apresentar as contradições, armadilhas e superficialidades em que esteve impregnado o caráter superficial e artificial da modernização da cidade, culminado na formação de uma cidade-cenário, superposta a realidade de miséria de subdesenvolvimento. Através da incursão na produção literária do período, bem como das pesquisas contemporâneas existentes sobre o tema o historiador se aproxima desta realidade contraditória que significou a instauração da modernidade em países subdesenvolvidos em que se mesclam misérias e o mito do progresso tecno-industrial. Em Vitória a modernidade foi constituída de espelhos e luzes que lhes davam a feição de encantamento.

Quais fantasias, desejos e necessidades foram excluídas pelo discurso modernizador do Estado? Qual a recepção do público diante das transformações impostas na capital? Essas são algumas dúvidas que permanecem, pois apenas perpasssei de forma superficial estes aspectos. São questões a serem aprofundadas em estudos posteriores, onde poderia tomar como referencial novamente o caráter ambivalente do discurso modernizador.

RESUMO

Este artigo representa parte da pesquisa de reconstituição, sob uma perspectiva interdisciplinar, do processo de modernização da cidade de Vitória/ES durante o governo Jerônimo Monteiro (1908-1912), período histórico que se caracterizou pela difusão no âmbito nacional do ideal “modernizador” que movimentou a Europa entre o final do século XIX e começo do XX. Discute-se o conjunto de remodelações empregadas objetivando “civilizar” e urbanizar a cidade, no intuito de converter Vitória num centro urbano moderno, conforme os moldes estéticos, urbanísticos e econômicos estrangeiros.

Palavras-Chave: modernidade, modernização, urbanização.

ABSTRACT

This article represents part of the reconstitution, under a interdisciplinary perspective, of the modernization process in the city of Vitória - ES during Jerônimo Monteiro's government (1908-1912), a historical period characterized by the national diffusion of “the modernizador” ideal that conquered Europe during the end of century XIX and beginning of the XXs. The employed remodellings are debated here with the aim “to civilize” and to urbanize the city, in intention to turn Vitória into a modern urban center, according to esthetics, urbanistics and economics foreigner partterns.”

Keywords: modernity, modernization, urbanization.